

Sangue novo no Parlamento

Dafne Capella



A terceira edição do Parlamento Juvenil mostra que o tempo passou e trouxe, com ele, o aprimoramento do projeto. Com novidades como a divisão do projeto em duas etapas – agora, em agosto e setembro realiza-se o Parlamento Regional Juvenil, onde serão escolhidos os 40 representantes dos alunos da rede estadual de ensino que irão atuar como deputados estaduais, em janeiro de 2007.

A primeira etapa do projeto já foi realizada, com o primeiro turno das eleições, nas escolas estaduais e nas unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec). Quem participou da votação conferiu o clima de competição que tomou conta das escolas: só no Colégio Estadual Professor Murilo Braga, em São João de Meriti, 3.600 estudantes foram às urnas, para escolher seus representantes. A escola, que contou com dois candidatos, é uma

das 500 que participam do projeto – um universo de aproximadamente 300 mil alunos. No colégio da Baixada, as principais promessas de campanha tratavam da defesa do ensino público e da garantia da cidadania. No início do ano que vem, estes e outros ideais serão defendidos por vozes que ecoarão pelo Plenário Barbosa Lima Sobrinho e trarão o frescor da juventude para o Legislativo fluminense.

PÁGINAS 4 e 5

*Seguranças da Casa
passam por
treinamento*

PÁGINA 2

*Em debate: o impacto
das tecnologias
digitais nas rádios*

PÁGINA 6

*Deputado interdita
trecho da praia
do Leme*

PÁGINA 7

Mais preparados para servir melhor

SEGURANÇAS DA ALERJ PARTICIPAM DE TREINAMENTO PARA ATENDER PARLAMENTARES SOB AMEAÇA DE MORTE

PHELIPE CRUZ

“Este vai ser o ano do treinamento”, avisa a diretora de Segurança da Assembléia Legislativa do Rio, Cristina de Vilhena Castro. “Nós estamos trabalhando muito e nos preparando para um 2006 com um número de seguranças cada vez mais capacitados para atender todos os tipos de situação que possam pôr em risco tanto os parlamentares quanto as pessoas que vêm visitar a Casa”, explica ela. O primeiro passo já foi dado: a preparação da equipe começou em abril, quando 15 membros do setor foram para Curitiba, no Paraná, para de realizar um curso de proteção de autoridades direcionado especialmente para policiais civis e militares. Segundo ela, uma das funções desta equipe será atender à demanda de parlamentares que, às vezes, precisam de escolta especial para visitar locais perigosos ou, simplesmente, ser protegidos por terem sofrido ameaças. “Os deputados poderão sair da Assembléia, se deslocar e andar com tranquilidade”, garante.

Durante 11 dias, eles foram instruídos por agentes de segurança de diversos países, e puderam vivenciar momentos que exigiram capacidade de concentração e força física. “Passamos por simulações



Acervo Pessoal

Durante o curso, os seguranças aprenderam inclusive a lidar com equipamentos explosivos

de sobrevivência na selva, salvamento de autoridades em veículos sendo perseguidos e aprendemos a planejar deslocamentos estratégicos de autoridades em confronto com multidão”, explica Cristina. Segundo a diretora, o curso foi bem abrangente, pois também ensinou aos seguranças como se vestir e se comportar adequadamente em encontros e reuniões políticas, além de treiná-los para lidar com situações de tensão e perigo.

Para o final do ano, as táticas da polícia especializada dos Estados Unidos, a SWAT (Special Weapons And Tactics -

Armas e Táticas Especiais), também serão ensinadas a equipe de segurança da Alerj. “Este curso será um complemento do que já fizemos em Curitiba. Só que, desta vez, aprenderemos a retirar refêns de carros, prédios, ônibus e fazer salvamentos de todos os tipos”, diz a diretora. Está previsto, ainda, um curso para especializar mais 20 seguranças da Casa em uma área de atuação diferente: instruída por fuzileiros navais, a equipe irá aprender como atuar em plantões e lidar melhor com o controle de entrada e saída de pessoas e equipamentos em estabelecimentos.

Expediente
Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:
JORGE PICCIANI
1º Vice-presidente:
Heloneida Studart
2º Vice-presidente:
José Távora
3º Vice-presidente:
Sívuca
4º Vice-presidente:
Fábio Silva
1ª Secretária:
Graça Matos
2ª Secretário:
Léo Vivas
3º Secretário:
Marco Figueiredo
4ª Secretária:
Aparecida Gama
1º Suplente:
Leandro Sampaio
2º Suplente:
Eliana Ribeiro
3º Suplente:
Nelson Gonçalves
4º Suplente:
Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:
Fernanda Pedrosa (MT-13511)
Coordenadora:
Fernanda Galvão
Repórteres:
Geiza Rocha
Luciana Ferreira
Pedro Motta Lima
Estagiários:
Aline Leal, Clarisse Bretas,
Dafne Capella, Fabiano Veneza,
Lilian Dias, Luciana Mendes,
Marcela Maciel, Sérgio Jardim,
Phelipe Cruz, Thayssa Plum
Fotógrafo:
Rafael Wallace
Diagramação:
Pedro Koblit
Coordenação Gráfica:
Aranha / Gráfica Alerj
Montagem:
Bianca Marques e Rodrigo
Graciosa
Tiragem:
2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786
site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro -RJ

FRASES DA SEMANA

“A imprensa não pode ser acusadora ou julgadora, mas ela tem um legítimo papel, de dar publicidade aos fatos. E nós, homens públicos, temos de nos submeter a isso.”

Paulo Melo (PMDB), defendendo o trabalho da imprensa brasileira



“Concordo que o Governo Lula está administrando essa crise, observando principalmente a tolerância. Mas chamo a atenção: tolerância em demasia pode ser traduzida como subserviência.”

Sívuca (PTdoB), sobre a crise deflagrada entre Brasil e Bolívia, sobre a nacionalização das reservas de gás daquele país

“Começamos a dar a um garoto o direito de sonhar; quem sabe vir a ser não só um atleta de futebol, mas sobretudo um cidadão.”

Roberto Dinamite (PMDB), sobre trabalho desenvolvido entre ex-jogadores e professores de Educação Física, que associa esporte à educação

Ônibus da PPD estréia com sucesso

UNIDADE MÓVEL DA COMISSÃO BATE A MARCA DOS 130 ATENDIMENTOS NA PRIMEIRA SEMANA DE FUNCIONAMENTO

LUCIANA MENDES E PHELIPE CRUZ

Na sua primeira semana de funcionamento, o ônibus da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), presidida pela deputada Georgette Vidor (PPS), prestou mais de 130 atendimentos. A primeira cidade a receber a unidade móvel da comissão foi Niterói e, na mesma semana, foi a vez de Duque de Caxias. Segundo a coordenadora do serviço, Sandra Araújo, apesar do pouco tempo de existência, a vitória é evidente. “A reação da população está sendo maravilhosa. Estamos levando informação e cidadania às pessoas portadoras de deficiência”, comemorou.

O ônibus funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h, e deve percorrer todo o estado. “Diversas prefeituras estão solicitando a nossa presença, e pretendemos envolver todos os municípios. Caso tenhamos que retornar a algum local já visitado, faremos isso”, definiu Sandra. O agendamento para que se receba a visita do ônibus nos municípios do estado deve ser feito através do número 2588-1227. Além do ônibus, a comissão também presta atendimentos por meio do telefone 0800 28 55 005.

Com rampas de acesso, banheiro adaptado, intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento aos portadores de deficiência auditiva e televisão com vídeos informativos, o ônibus oferece atendimento jurídico e social e distribui cartilhas que apresentam os mais recorrentes problemas de acessibilidade e suas possíveis soluções a instituições, ONGs ou empresas interessadas. O ônibus pretende ainda cadastrar e fazer um censo dos portadores de deficiência do estado. “O ônibus fará um trabalho exemplar, através de uma frente de conhecimento, assistência e diálogo com a população fluminense em geral. Espero que não apenas os portadores de deficiência visitem o ônibus, como também as autoridades locais, os prefeitos e os vereadores dos municípios”, afirmou Georgette.



Luciana Mendes

Alunos da Apae de Caxias visitam o ônibus da Comissão de PPD e comemoram a iniciativa

Comissão critica projeto de Estatuto da PPD

Um documento contrário à criação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), será enviado pelas comissões de Defesa da PPD da Alerj e da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro para o Senado federal. O objetivo é ampliar a discussão sobre as normas do estatuto antes da realização da Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, onde o regulamento será apresentado. A decisão foi anunciada em audiência pública realizada na Alerj, no último dia 2. “Iremos estudar o caminho que este documento

pretende tomar em defesa das pessoas portadoras de deficiência, e levar a nossa opinião para o Governo federal”, disse a presidente da comissão da Assembléia, Georgette Vidor (PPS).

Segundo ela, é necessário discutir o principal objetivo do estatuto, antes de sua aprovação. “Não podemos, simplesmente, dizer não. Senão, o regulamento será aprovado sem que tenhamos a chance de opinar e tentar modificar o texto”, propôs. O estatuto visa a estabelecer diretrizes e critérios básicos para assegurar a inclusão social e o exercício dos direitos das PPDs.

Para o chefe da Divisão de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais da Secretaria de Ação Social e Trabalho de Duque de Caxias, Alexandre Schneider, que visitou o novo serviço no último dia 4, a maioria dos portadores de deficiência não conhece seus direitos, e o ônibus será muito útil para suprir essa defasagem. “A grande dificuldade do portador de deficiência é a locomoção, e por isso muitos não têm acesso à informação. A iniciativa da Alerj leva conhecimento às PPDs,

e isso traz qualidade para a vida dessas pessoas, além de dignificá-la”, explicou Alexandre. Assistente social da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae) de Duque de Caxias, Eliana Cabral, que levou uma turma de crianças atendidas pela associação para conhecer a nova unidade móvel, concordou com Alexandre. “Ainda há muita dúvida com relação aos benefícios e direitos do portador de deficiência. Esse ônibus é uma vitória”, constatou Eliana.

Parlamento Juvenil chega à terceira edição com fôlego renovado

Alerj volta a abrir as portas para jovens eleitos nas escolas

CLARISSE BRETAS

Foi dada a largada para a terceira edição do Parlamento Juvenil, projeto desenvolvido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que aproxima estudantes da vida política estadual. Para se candidatar, o aluno tinha de estar regularmente matriculado e ter, no máximo, 18 anos no ato da inscrição. A primeira das três prévias que irão escolher os 40 representantes do estado aconteceu no último dia 4, em escolas das redes estadual e Faetec nos 92 municípios do estado. Já o segundo turno será no dia 31 de maio e, entre junho e julho, os 92 alunos eleitos receberão treinamento para elaborar seus projetos de lei, um por candidato. Estes, por fim, participarão do Parlamento Regional Juvenil, composto por cinco pólos espalhados pelo território fluminense. De lá sairão os 40 autores dos projetos de lei mais votados, com destino ao Plenário Barbosa Lima Sobrinho, em janeiro de 2007.

A idéia é que os candidatos já cheguem à etapa regional, que será realizada entre os meses de agosto e setembro, com as proposições prontas para serem votados. O número de eleitos por pólo será proporcional ao número de municípios do estado. Assim, o pólo de Itaperuna, no Norte do estado, com 24 municípios, elegerá 26% do total de 92 alunos, ou seja, deste pólo virão 11 parlamentares (os autores dos 11 projetos mais votados). A divisão em cinco pólos regionais, novidade desta terceira edição do projeto, teve o objetivo de facilitar o processo de capacitação dos parlamentares juvenis, e cada pólo representa uma região do estado: Duque de Caxias, na Região Metropolitana, com 12 municípios, Itaperuna, no Noroeste, com 24, Três Rios, na Região Serrana, com 13, Saquarema, na Região dos Lagos, com 19 e Paraty, no Sul

do estado, com 24.

Coordenador de Assuntos Especiais da Alerj, Arlindenor de Souza estima que estejam participando do processo eleitoral cerca de 300 mil alunos em quase 500 escolas em todo o estado. Candidato ao Parlamento Juvenil e aluno do terceiro ano da Escola Técnica Estadual Oscar Tenório, em Marechal Hermes, Rafael Figueira diz que sua proposta eleitoral é pedir isenção da taxa de vestibular em universidades públicas para alunos oriundos desta rede de ensino. “Os direitos dos jovens estão em jogo, mas eles continuam sem interesse algum pela política”, afirma o aluno, de apenas 17 anos. O outro candidato da unidade é Guilherme Galvão, de 16 anos, que tenta a reeleição: ele foi eleito no primeiro Parlamento Juvenil, em 2003. Além da isenção da taxa do vestibular, a reivindicação do estudante é dar incentivos fiscais para as empresas que investem em educação e cultura no estado.

Já a etapa regional do Parlamento Juvenil será na Câmara de Vereadores dos municípios-sede de cada pólo, e acontecerá na seguinte ordem, sempre às quintas e sextas-feiras: Itaperuna, nos dias 10 e 11 de agosto; Paraty, 17 e 18 de agosto; Saquarema, 24 e 25 de agosto; Três Rios, 31 de agosto e 1 de setembro; e Duque de Caxias, 14 e 15 de setembro. Em todos os municípios, a programação dos parlamentares juvenis será a mesma. Na quinta-feira, os parlamentares tomarão posse e elegerão a Mesa Diretora. Ainda no mesmo dia, haverá uma solenidade pela manhã, e à tarde os jovens poderão discursar livremente. O segundo dia será dedicado à votação dos projetos. Antes, porém, será aberto um espaço para que os parlamentares defendam suas proposições. A Comissão Eleitoral pretende ainda incluir atividades culturais na agenda dos jovens participantes, durante o período do Parlamento Regional. O processo de capacitação da terceira edição do projeto, que será realizado entre junho e julho, ainda não tem data e locais definidos, mas será um dia em cada pólo regional.



Imagens das duas edições anteriores do Parlamento Juvenil mostram os alunos eleitos na rede estadual de ensino em ação

Conheça a divisão dos municípios nos cinco pólos regionais

► Itaperuna: Cordeiro, Varre-Sai, Laje do Muriaé, Porciúncula, Natividade, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, São José do Ubá, Macuco, Miracema, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Italva, Cardoso Moreira, São Fidelis, Aperibé, Itaocara, São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Cantagalo, Trajano de Moraes.

► Saquarema: Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, Rio das Ostras, Macaé, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, Silva Jardim, Araruama, Rio Bonito, Saquarema, Marica, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu.

► Duque de Caxias: Niterói, São Gonçalo, Guapimirim,

Magé, Mesquita, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Rio de Janeiro, Queimados.

► Três Rios: Carmo, Duas Barras, Bom Jardim, Nova Friburgo, Sumidouro, Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Petrópolis, Areal, Paraíba do Sul, Três Rios, Comendador Levy Gasparian.

► Paraty: Rio das Flores, Pati do Alferes, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Japeri, Seropédica, Paracambi, Mendes, Vassouras, Valença, Barra do Pirai, Pirai, Volta Redonda, Rio Claro, Pinheiral, Barra Mansa, Porto Real, Quatis, Resende, Itatiaia, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Paraty.

Nova edição promete repetir sucesso das anteriores

O Parlamento Juvenil foi criado após uma resolução do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), em 1998. O convênio entre a Casa e a Secretaria estadual de Educação foi assinado em 2003, pouco antes da primeira edição do projeto. Desta, participaram apenas os alunos da rede pública estadual de ensino, que cumpriam requisitos como escolaridade e idade. Já na segunda edição, que aconteceu entre 2004 e 2005, puderam participar também alunos da rede Faetec, e a idade máxima dos candidatos subiu para 21 anos. Foram eleitos 92 candidatos, um por município. Os eleitos em ambas as edições recebiam aulas de capacitação legislativa nas quais aprenderam mais sobre o Regimento Interno da Casa, o funcionamento das comissões, elaboração de projetos de lei e até noções de comportamento no plenário. Os projetos de lei foram elaborados e votados durante o período do Parlamento Juvenil. Em todas as edições, incluindo a deste ano, o primeiro turno escolhe um candidato por unidade escolar; já o segundo turno elege um representante por município. A edição deste ano conta ainda com uma terceira etapa, que, após a votação dos 92 projetos de lei, um por aluno, escolherá os 40 candidatos que virão para o Rio de Janeiro. Confira o cronograma da terceira edição do projeto.

► 31 de maio – Segundo turno das eleições

► 6 de junho – Início do período de preparação e de instalação dos Parlamentos Regionais

► Janeiro de 2007 – Instalação do Parlamento Juvenil Estadual na Alerj

EM DEBATE: QUAL O IMPACTO DO USO DA TECNOLOGIA DIGITAL PELAS RÁDIOS?

CARLOS MINC

DEPUTADO ESTADUAL PELO PT

Mudanças necessárias

Augusto Carazza



O processo de digitalização das comunicações radiofônicas no Brasil a partir da adoção – já em curso nas principais capitais – do sistema norte-americano Iboc precisa ser melhor debatido pela sociedade, pois prejudicará as rádios comunitárias e as comerciais de baixa potência. O sinal digital por esse sistema é transmitido em canais adjacentes do espectro radiofônico, gerando sérias interferências. Ao ocupar esses canais, aumenta a largura do canal ocupado por uma estação de alta potência, que poderá multiplicar por quatro seus canais, reduzindo, assim, a possibilidade de inauguração de novas rádios nesse espectro eletromagnético.

Ou seja: quem já tem, ganha mais; e quem não tem, não ganha nada. Portanto, uma decisão que afetará a vida social, cultural e política de milhares de brasileiros e da indústria nacional está sendo conduzida de modo apressado e pouco transparente. Como o espectro eletromagnético é ocupado pelas rádios por concessão pública, é inadmissível que o processo de digitalização seja implantado sem a participação da sociedade civil.

Para democratizar o debate, fundamos o Fórum Estadual em Defesa das Rádios e TVs Comunitárias da Alerj, que tem promovido audiências com autoridades públicas e representantes do setor. Na última, em abril, solicitei ao Mi-

nistério das Comunicações que também fossem viabilizados os testes de digitalização com as rádios comunitárias. O pedido foi recebido com simpatia pelo secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do

Ministério, Joaílson Ferreira, que pediu a indicação de uma rádio no estado para iniciar o processo. Ferreira disse também que serão testados outros sistemas, como o europeu e o japonês, por pelo menos um ano. Alguns desses viabilizariam a multiplicação de canais independentes. Obtivemos também o anúncio de que o estado do Rio ganharia mais 52 rádios comunitárias legalizadas.

Foram vitórias da cidadania e da sociedade, que reivindica que todas as alternativas sejam testadas, para que o País adote o modelo mais democrático possível e que haja mais legalização e menos repressão às rádios comunitárias.

“Quem já tem, ganha mais; e quem não tem, não ganha nada”

LEANDRO SAMPAIO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PPS

Uma nova era

Leandro Rosa



No Brasil, o rádio é um dos mais influentes veículos de comunicação. Segundo pesquisa do Ibope, 95,6% da população brasileira possuem um aparelho de rádio. Através da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), surge uma nova e significativa etapa do rádio no nosso país: a tecnologia digital. O Brasil é o quarto país do mundo a adotar a rádio digital, só ficando atrás dos Estados Unidos, Canadá e México.

Esse novo método está sendo motivo de polêmica nos diversos setores envolvidos com a questão, que apesar de concordarem com os grandes benefícios que ele trará, acreditam que é necessário mais tempo para um debate público e para uma maior transparência sobre o assunto.

A Anatel já está testando o sistema de radiodifusão em rádios comerciais. No entanto, o custo dessa modernidade é bem alto, tornando-a uma alternativa viável a médio prazo. As emissoras comunitárias, públicas e mesmo as pequenas comerciais provavelmente vão se deparar com a dificuldade de adquirir os equipamentos para esta nova era. Entretanto, tais dificuldades não inviabilizarão a transmissão dessas rádios, que poderão continuar a operar com o sinal analógico. Segundo a Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo, em dez anos todo o sistema de radiodifusão no Brasil vai estar operando em digital. A transmissão digital está propiciando melhoria na qualidade do áudio, além de oferecer ao ouvinte a vantagem da convergência de mídias, com o aparelho de rádio digital podendo receber textos e imagens.

“Tais dificuldades não inviabilizarão a transmissão dessas rádios”

Até agora, o rádio continua imbatível no ranking na preferência de veículo de comunicação junto aos brasileiros. Ele resiste aos avanços tecnológicos, como o surgimento da TV e, mais tarde, da Internet, do MP3 e do iPod. Esperamos que a implantação da tecnologia digital não venha afetar esta posição. Esta questão é um desafio para a sociedade, que aguarda a implantação de uma política pública para a radiodifusão no nosso país com medidas que venham propiciar a todos os envolvidos – ouvinte, radiodifusor e indústria – uma tecnologia estruturada, vertendo para o mercado global e o de negócios.

Comissão interdita trecho de praia

ANÁLISE DAS AREIAS DE COPACABANA E LEME MOSTRAM ÍNDICES DE CONTAMINAÇÃO POR VÍRUS, FUNGOS E BACTÉRIAS

Dafne Capella



Carlos Minc observa o oceanógrafo David Zee, que indicou amostras de areia contaminada

LUCIANA MENDES

A maioria dos banhistas não imagina que, além da água do mar, a areia da praia também oferece perigo de contaminação por parasitas e vermes. É o que revela o relatório de vistoria da qualidade da areia das praias de Copacabana e do Leme, apresentado, no dia 5, pelo presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, deputado Carlos Minc (PT). Acompanhado de ecologistas, oceanógrafos e associações de moradores e munido de cartazes informativos, o deputado sinalizou e interditou as áreas impróprias. “A areia das praias de Copacabana e do Leme possui diversos trechos contaminados, e não há qualquer sinalização. Falta informação, educação sanitária e saneamento das favelas próximas. De agora em diante, faremos o monitoramento bimestral da qualidade da areia das praias e praças do estado”, explicou o parlamentar, que vai encaminhar uma cópia do resultado da análise ao Ministério Público.

A pesquisa foi elaborada, a pedido da comissão, pela Escola de Ciência Tecnológica da Universidade do Grande Rio (Unigranrio), que colheu amostras entre os dias 19 e 27 de abril, em quatro pontos próximos às línguas negras da orla de Copacabana e do Leme, e verificou a presença de dez diferentes tipos de verminoses, além de vírus de hepatite, fungos causadores de micoses e bactérias. Diante do

resultado dos testes, Minc informou que, para o controle bimestral da qualidade da areia, a comissão firmou convênio com a Unigranrio, que ficará responsável pelas análises. “Com o monitoramento, poderemos informar e evitar que banhistas desavisados sejam contaminados nas areias”, avaliou. Há oito anos a comissão monitora a contaminação das areias das praias. Embora a Lei 2.661/96 proíba o lançamento de esgoto sem tratamento no meio ambiente, línguas negras se formam sempre que chove, devido a ligações clandestinas na rede de águas pluviais.

Oceanógrafo e professor da Unigranrio, David Zee alertou que há duas formas do banhista se precaver: a primeira é posicionando-se próximo à arrebentação, já que a salinização e o movimento do mar lavam a areia, diminuindo o risco de contaminação. A outra é comparando a coloração da areia seca que fica próxima à zona de arrebentação com a do local onde o banhista pretende se instalar. Se houver diferença de coloração, significa que a área escolhida está imprópria. “Normalmente a areia imprópria é mais escura e fica próxima às línguas negras e ao calçadão”, afirmou. Já a bióloga da comissão, Lara da Costa, advertiu sobre os sintomas mais comuns dos que já foram contaminados: “Os principais sintomas são vômitos, diarreias e insônia, quando o banhista é infectado por parasitas e vermes, mas há também diversos tipos de micoses”.

CURTAS**Emendas à LDO**

Nos dias 23 e 24 a Escola do Legislativo Fluminense realizará um treinamento para capacitar os assessores parlamentares da Casa a elaborar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007. O curso tratará de assuntos como os aspectos legais da LDO e tramitação legislativa, além de apresentar o programa que será utilizado para o envio das emendas. As inscrições podem ser feitas através dos ramais 1373 ou 1144 até o dia 22.

Revisão de processos

Levantar a situação penal de todos os detentos da 76ª Delegacia Policial, em Niterói, e cobrar providências da Defensoria Pública e da Vara de Execuções Penais é o que pretende o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Geraldo Moreira (PMN). Após duas vistorias, na qual verificou que 30% dos 392 detentos estão em situação irregular, Moreira retornou à unidade no dia 3, acompanhado de advogados da comissão, para fazer uma varredura dos casos. Vamos atender a todos individualmente e o resultado desse levantamento será encaminhado à Defensoria Pública”, disse.

Violência nos estádios

Discutir amplamente a questão da violência nos estádios é o objetivo do 1º Fórum Estadual de Combate à Violência no Esporte, promovido pelo presidente da Comissão de Esportes da Alerj, Roberto Dinamite (PMDB), no dia 8. “O assunto é oportuno e de extrema importância para que a sociedade organizada e autoridades ligadas ao esporte, possam encontrar uma saída para o problema”, afirma o parlamentar, ex-jogador de futebol. Participaram do debate representantes da Defesa Civil e da Polícia Civil.

ENTREVISTA AURÉLIO MARQUES

DEPUTADO PELO PMDB

‘Somos interlocutores dos servidores’

CLARISSE BRETAS

Presidente da Comissão de Servidores Públicos da Alerj desde 2005, o deputado Aurélio Marques (PMDB) diz que sua comissão serve de ponte para o entendimento entre o Governo do estado e os servidores. “Muitos acordos foram feitos através da comissão”, ressalta o parlamentar. Em seu primeiro mandato, Marques, que é oriundo da indústria naval e foi o mais votado na região de Angra dos Reis e Paraty, ainda tem disposição para lutar por mudanças na comissão. Seu objetivo principal é criar o Disque-Servidor, que servirá para agilizar o contato entre o Parlamento estadual e o funcionalismo público. “Atualmente, os servidores do estado entram em contato conosco através do Alô, Alerj (0800 22 00 08) e do meu gabinete. Mas queremos estreitar esta relação”. Para ele, a futura central telefônica servirá também para manter ativo o caráter democrático do Legislativo. “Aqui, os servidores têm total espaço para reclamar o que quiserem”, ressalta o peemedebista.

Quais as maiores conquistas da Comissão?

A nossa comissão é o principal canal de entendimento entre a Casa e os servidores públicos. Atuamos na luta contra a privatização da Cedae, no repasse de recursos financeiros aos servidores da Uerj e na conquista do plano de cargos e salários dos funcionários do DER. Também lutamos pela lei que versou sobre o plano de carreira dos servidores do Ministério Público, entre outras ações. Nossa maior meta à frente da comissão é, sem dúvida, procurar o diálogo com o servidor, servindo de interlocutor com o Governo do estado na busca pela resolução dos problemas trazidos a nós.

Como é o trabalho da comissão?

Rafael Wallace

Nós ouvimos todas as reclamações dos servidores. Também realizamos as reuniões ordinárias, necessárias para a análise dos projetos. Para que estas reuniões ocorram, não há um mínimo de projetos em pauta, mas temos cerca de 50 projetos de lei por mês para dar parecer. Nós procuramos trazer as catego-

nem trazendo seus problemas para que possamos resolvê-los.

A comissão tem o projeto de implantar um Disque-denúncia do Servidor. Como está este processo?

Este serviço é uma das nossas prioridades para este ano. Atualmente, os servidores entram em contato conosco através do Alô, Alerj (0800 22 00 08), e do meu gabinete. Mas queremos estreitar esta relação, e para isso precisamos da central telefônica. Será mais uma porta para a entrada do servidor na Casa.

“Os servidores têm total espaço para reivindicar o que quiserem”

rias do funcionalismo público para discutir conosco questões relativas a eles. Reitero, os servidores têm total espaço para reivindicar o que quiserem.

Qual o balanço da comissão, no ano passado? E os planos para este ano?

Estamos fazendo uma avaliação criteriosa dos trabalhos realizados do ano passado, que vai servir como base para os trabalhos em 2006. Mas uma coisa é certa: quero que os servidores conti-

O senhor é da base do Governo do estado na Assembléia. De que maneira essa situação possibilita um maior entendimento entre os servidores e o Executivo?

Nós temos maior acesso ao Governo, isso é inegável. Então conseguimos racionalizar as críticas dos servidores, além de ter uma aproximação maior com a governadora Rosinha Garotinho e os secretários de estado. O resultado disso é que muitos acordos que foram firmados entre o funcionalismo e o Estado foram feitos através da comissão.